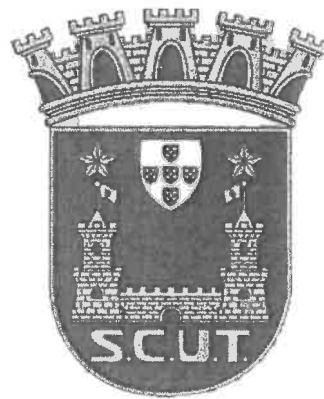


Relatório & Contas

2024/2025 ✓



Sport Clube União Torreense
Futebol, SAD



SPORT CLUBE UNIÃO TORREENSE FUTEBOL, SAD

Capital Social 1.000.000,00 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras

Número de Matrícula e Identificação de Pessoa Coletiva: 508 769 213

Serviços Administrativos:

Rua Cândido dos Reis, Parque Jogos Manuel Marques, s/n

2560-312 Torres Vedras – Portugal

Telefone: (+351) 261 335 140

e-mail geral@torreense.com



Índice

1. Composição dos Órgãos Sociais	3
2. Mensagem do Presidente.....	4
3. Relatório de Gestão.....	6
3.1. Análise Envolvente Externa	6
4. Aspetos Relevantes da Atividade	9
4.1. Época Desportiva.....	9
4.1.1. Futebol	10
4.1.2. Futsal.....	12
5. Análise Económica e Financeira	13
5.1. Volume de Negócios	14
5.2. Resultado Líquido	14
5.3. Rendimentos Operacionais	15
5.4. Gastos Operacionais	16
5.5. Ativo	19
5.6. Capital Próprio e Passivo	19
5.7. Autonomia Financeira	21
5.8. Saldo Comercial Clientes vs Fornecedores	22
6. Aplicação de Resultados.....	23
7. Perspetivas Futuras	23
8. Outras Informações.....	23
9. Considerações Finais	24



1. Composição dos Órgãos Sociais a 30 Junho de 2025

Conselho de Administração

Presidente – André Rodrigues Batista

1º Vice-Presidente – Nuno José Feliciano de Carvalho

2º Vice-Presidente – Maria Isabel de Oliveira Lopes

Fiscal Único – Tocha, Chaves & Associados, SROC, LDA

Suplente – Paulo Dinis Delgado Chaves



2. Mensagem do Presidente

Caros acionistas,

A época desportiva 2024/2025 foi verdadeiramente histórica para o SCU Torreense, Futebol SAD, consolidando o nosso projeto desportivo e afirmando-nos como uma referência crescente no panorama do desporto nacional.

No futebol sénior masculino, após a nossa participação na Liga Meu Super, alcançámos um excelente 5º lugar, superando as expectativas e demonstrando que estamos prontos para disputar posições ainda mais ambiciosas nas competições profissionais.

A nossa equipa Sub-23 viveu um ano inesquecível: conquistou o título de Campeão Nacional da Liga Revelação e foi finalista vencido da Taça Revelação. Este feito evidencia o talento e a qualidade da formação que estamos a desenvolver, colocando o SCU Torreense no mapa nacional como formador de jovens atletas de topo.

Os Sub-19 masculinos atingiram a fase final do Apuramento de Campeão, depois de terminarem a fase regular em 2º lugar, enquanto os Sub-19 femininos também alcançaram a fase final do Apuramento de Campeão, com 2º lugar na fase regular. Estes resultados confirmam a consistência e excelência das nossas equipas de formação, tanto no futebol masculino como no feminino.

No Futsal, conseguimos garantir a manutenção na Liga Placard, a principal divisão nacional, demonstrando resiliência e competitividade frente aos melhores clubes do país.

O Futebol Feminino viveu a época mais gloriosa da história do clube: alcançámos um respeitável 4º lugar no Liga BPI, conquistámos a Taça de Portugal ao derrotar o Benfica — a maior conquista do SCU Torreense até aos dias de hoje — e vencemos ainda a Supertaça já na presente época. Na temporada anterior, também atingimos a meia-final da Taça da Liga, reforçando a trajetória de crescimento e afirmação da equipa feminina. Estes feitos elevam o SCU Torreense a um patamar histórico, colocando-nos entre os clubes de elite do futebol feminino nacional.

Estes resultados desportivos são reflexo do trabalho excecional de todos os que fazem parte do SCU Torreense: atletas, equipas técnicas, administração e estrutura de apoio.



Crescemos de forma sustentada e equilibrada, sempre com a ambição de colocar Torres Vedras no mapa do desporto nacional. O projeto de crescimento do SCU Torreense está a consolidar-se de forma impressionante. Estamos confiantes de que, num futuro próximo, todas as nossas equipas estarão entre as principais divisões nacionais das respetivas competições, honrando o clube, a cidade e os nossos adeptos.

Continuamos focados em levar o SCU Torreense a patamares históricos, elevando o nome de Torres Vedras e do clube ao mais alto nível do desporto português.

Presidente do Conselho de Administração,

André Rodrigues Baptista



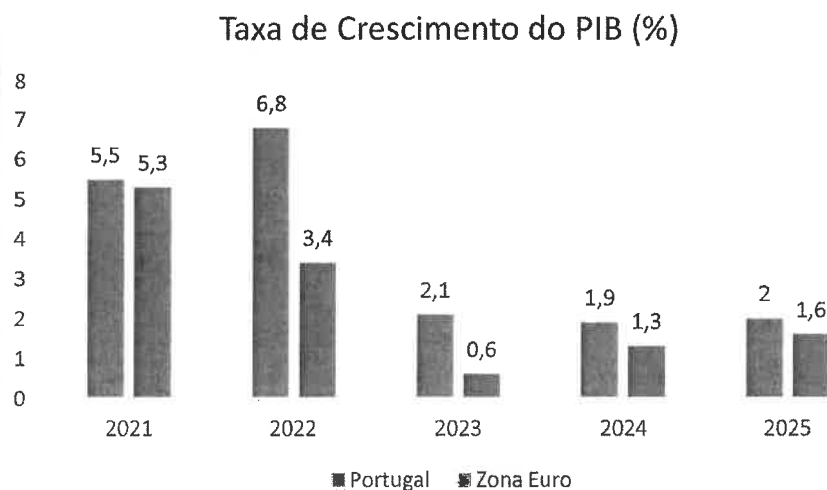
3. Relatório de Gestão

Em cumprimento da legislação em vigor, vimos submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração das Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e respetivas notas explicativas, reportados à época desportiva 2024/2025, que compreende o período de 1 de Julho de 2024 a 30 de Junho de 2025.

Através do presente Relatório de Gestão vem a Administração da Sociedade Sport Clube União Torreense Futebol, SAD, dar conhecimento a terceiros com os quais a empresa tem relações, de alguns aspetos que considera mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida no exercício.

3.1 Análise da Envolvente externa

A economia portuguesa tem mostrado sinais de resiliência, mas o enquadramento macroeconómico permanece marcado por incertezas e pela fragilidade da procura externa. No ano de 2024, a atividade cresceu de forma moderada, e as projeções para 2025 apontam para uma estabilização do crescimento real do produto interno bruto (PIB) em torno de 2%. O contexto externo continua caracterizado por tensões geopolíticas e perspetivas globais menos animadoras, fatores que afetam a economia portuguesa, nomeadamente através das exportações e dos fluxos turísticos.

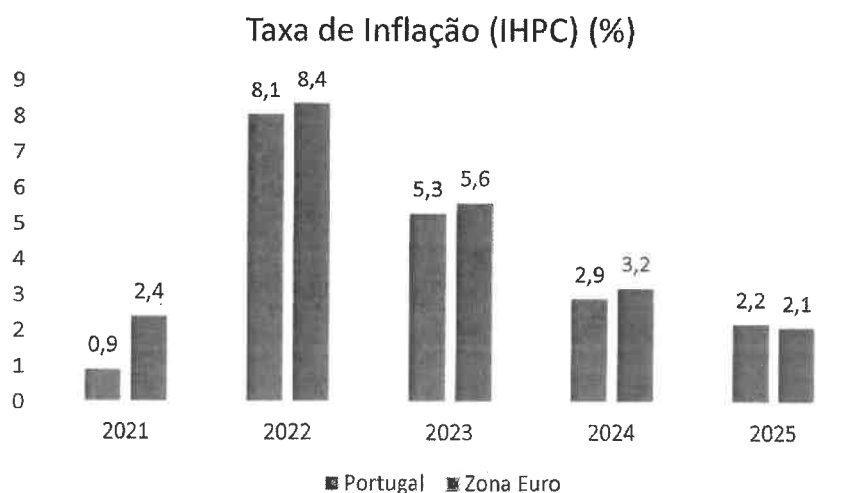


Fontes: Banco de Portugal (Boletim Económico, out. 2024); Comissão Europeia (European Economic Forecast, Autumn 2024); OCDE (Economic Outlook 2024/2); Eurostat. Elaboração própria a partir de dados oficiais.



A forte resistência do mercado de trabalho português tem sido um pilar de estabilidade. Apesar do abrandamento da economia, o emprego tem mantido um dinamismo positivo, permitindo sustentar alguma recuperação dos rendimentos das famílias.

Paralelamente, a inflação, após picos significativos em 2022 e 2023, registou um abrandamento expressivo em 2024, convergindo para níveis próximos da meta de 2% estabelecida pelo Banco Central Europeu.



Fontes: Banco de Portugal (Boletim Económico, out. 2024); Comissão Europeia (European Economic Forecast, Autumn 2024); OCDE (Economic Outlook 2024/2); Eurostat. Elaboração própria a partir de dados oficiais.

No que respeita à política monetária, o BCE manteve taxas de juro em níveis relativamente elevados ao longo de 2024, embora com sinais de estabilização e possível descida gradual em 2025. Esta trajetória tem impacto direto nos custos de financiamento das empresas e das famílias, exigindo prudência no investimento e na gestão da liquidez.

Os fundos europeus, nomeadamente os associados ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e ao Quadro Financeiro Plurianual, continuam a desempenhar um papel relevante no estímulo ao investimento e à modernização económica. Estes instrumentos representam um fator de resiliência adicional para a economia portuguesa, com impacto positivo esperado ao longo do médio prazo.



Principais fatores a considerar

- **Crescimento económico:** projeção de cerca de 1,9% em 2024 e 2% em 2025, segundo a Comissão Europeia e o Banco de Portugal.
- **Inflação:** estabilização próxima dos 2,2% em 2025, depois de 2,9% em 2024.
- **Mercado de trabalho:** taxa de desemprego estimada em torno de 6,8%, refletindo estabilidade no emprego.
- **Investimento:** retoma gradual, impulsionada pelos fundos europeus e pela melhoria do enquadramento macrofinanceiro.
- **Política monetária / financiamento:** taxas de juro ainda elevadas, pelo que se impõe uma gestão prudente, sobretudo em sectores intensivos em investimento.
- **Riscos:** permaneçam tensões geopolíticas, elevados custos energéticos e desaceleração da procura externa.

Principais Indicadores Económicos (2021-2025)

Ano	PIB (%)	Consumo privado (%)	Consumo público (%)	Défice (% PIB)	Taxa desemprego (%)	Inflação (IHPC %)
2021	5,5	4,7	4,6	-2,9	6,6	0,9
2022	6,8	5,6	1,4	-1,9	6,1	8,1
2023	2,1	1	1,1	1,2	6,5	5,3
2024	1,9	1,1	1	1,3	6,7	2,9
2025	2	1,6	1,2	1	6,8	2,2

Fontes: Banco de Portugal (Boletim Económico, out. 2024); Comissão Europeia (European Economic Forecast, Autumn 2024); OCDE (Economic Outlook 2024/2); Eurostat. Elaboração própria a partir de dados oficiais.

No contexto nacional, o setor do desporto, e em particular o futebol profissional, continua a representar um contributo relevante para a economia portuguesa, tanto em termos de emprego direto e indireto como de receitas fiscais e exportação de talento. O aumento da profissionalização e da transparência financeira tem sido acompanhado pela adoção de normas contabilísticas e regulatórias mais exigentes, promovendo maior sustentabilidade e rigor na gestão das sociedades desportivas.

Para um clube como o SCUT SAD, este enquadramento macroeconómico traduz-se em diversos desafios e oportunidades relevantes:

- A estabilidade no emprego e a moderação da inflação beneficiam o poder de compra das famílias portuguesas, podendo sustentar a procura por bilhetes, merchandising e consumo em dias de jogo.



- O custo de financiamento elevado obriga a uma gestão prudente do endividamento e do investimento em infraestruturas.
- Os incentivos e fundos europeus podem abrir oportunidades de modernização das instalações e de projetos de eficiência energética ou tecnológica.
- A incerteza geopolítica reforça a importância de manter reservas de liquidez e políticas de mitigação de risco financeiro.

A nível europeu, o novo enquadramento financeiro da UEFA (Financial Sustainability Regulations) reforça a necessidade de equilíbrio entre receitas e despesas operacionais, substituindo o anterior conceito de Financial Fair Play. Este novo modelo privilegia uma gestão sustentável e de médio prazo, premiando clubes com finanças equilibradas e planos de desenvolvimento responsáveis, o que reforça a importância de estratégias prudentes de investimento e de controlo orçamental.

Em síntese, apesar do abrandamento da atividade económica, Portugal mantém uma trajetória de crescimento positivo e um mercado de trabalho estável. A redução da inflação e a resiliência do emprego sustentam o rendimento das famílias, criando um contexto relativamente favorável para a atividade desportiva e de entretenimento. Contudo, o cenário global continua a exigir gestão rigorosa, prudência financeira e atenção constante à evolução das condições externas.

4. Aspetos relevantes da Atividade

4.1 Época Desportiva

4.1.1 Futebol

A 30 de junho de 2025, o Departamento de Futebol da SCUT SAD integrava um total de 137 atletas, distribuídos pelas equipas de Futebol Masculino — Séniores, Sub-23 e Sub-19 — e pelas equipas de Futebol Feminino Sénior e Sub-19.

Durante a época 2024/2025, a equipa sénior masculina competiu, pela terceira época consecutiva, na Liga Portugal 2 Meu Super, garantindo de forma antecipada a sua manutenção para a época 2025/2026. O desempenho evidenciou solidez competitiva, consistência exibicional e o equilíbrio entre aposta jovem e experiência, refletindo a estratégia assente em sustentabilidade desportiva, desenvolvimento formativo e rigor financeiro.



A equipa sénior feminina realizou a melhor época da sua história, culminando com a conquista da Taça de Portugal Feminina — um marco histórico para o clube, que reforça a posição da SCUT SAD no futebol feminino nacional.

Este triunfo evidencia o empenho do clube na promoção da modalidade, na profissionalização das equipas femininas e na aposta no talento e competitividade a todos os níveis.

O projeto desportivo manteve-se focado na construção de plantéis equilibrados e sustentáveis, privilegiando a promoção do talento nacional, a integração de atletas das camadas jovens e a aposta num modelo que concilia competitividade desportiva e solidez institucional.

Época 2024/2025				
Modalidade	Escalão	Nº Atletas	Competição	Classificação
Futebol Masculino	Séniore	27	Liga Portugal 2 Meu Super	5º Lugar
Futebol Masculino	Sub 23	31	Liga Revelação	1º Lugar
Futebol Masculino	Sub 19	30	Campeonato Nacional Sub 19 I Divisão	8º Lugar
Futebol Feminino	Séniore	24	Liga BPI	4º Lugar
Futebol Feminino	Sub 19	25	Campeonato Nacional Sub 19 I Divisão	3º Lugar







4.1.2 Futsal

A 30 de junho de 2025, a equipa sénior de Futsal da SCUT SAD integrava um total de 21 atletas.

Na época 2024/2025, a equipa competiu na Liga Placard – 1.ª Divisão Nacional, afirmando-se de forma sustentada entre as formações mais competitivas do futsal português. Num campeonato marcado por elevado equilíbrio e intensidade, a SCUT SAD alcançou o 10.º lugar, assegurando a manutenção desportiva e confirmando o crescimento estrutural e competitivo do projeto.

A época ficou marcada pela maturidade e evolução tática da equipa, resultado do trabalho consistente desenvolvido pela equipa técnica e pelo empenho dos atletas. Apesar das naturais exigências de uma prova de topo, o grupo demonstrou capacidade de superação, estabilidade exibicional e um espírito de coesão que reforçou a identidade do clube e o respeito conquistado entre os adversários.

Época 2024/2025				
Modalidade	Escalão	Nº Atletas	Competição	Classificação
Futsal Masculino	Séniore	21	Liga Placard	10º Lugar





5. Análise Económica e Financeira

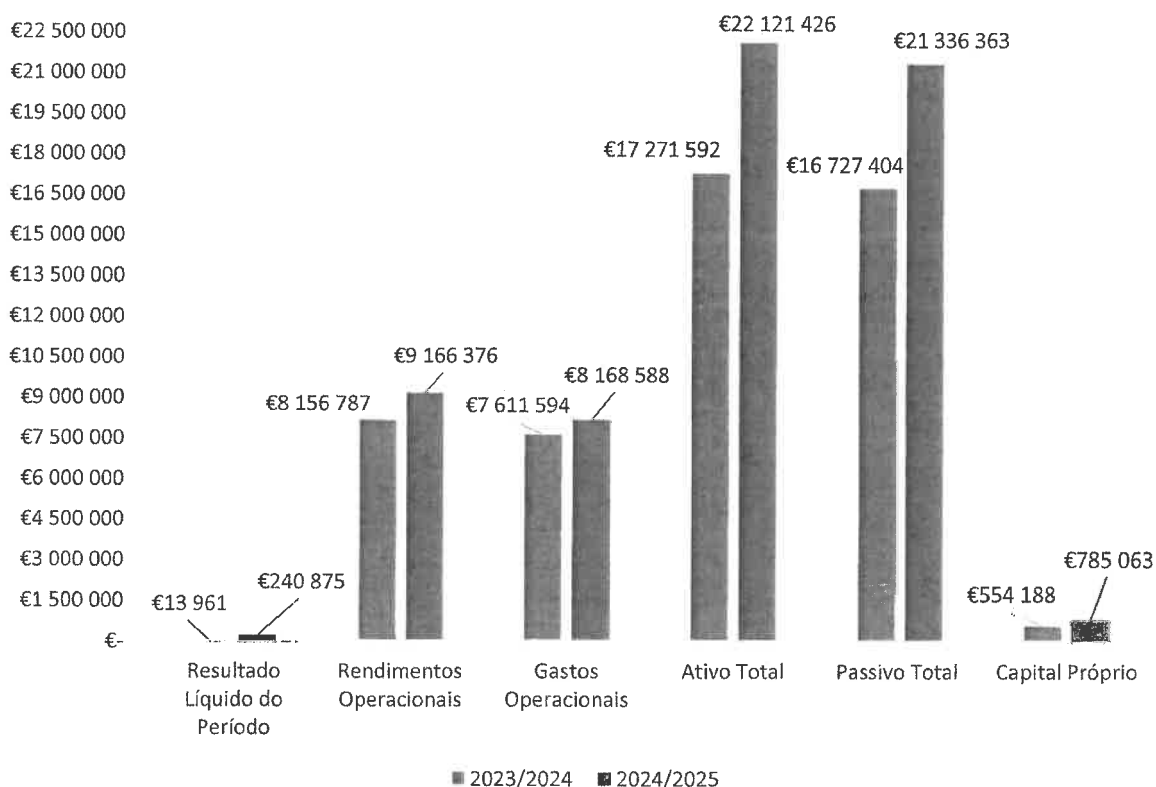
A Administração da SCUT SAD mantém como prioridade a consolidação da sustentabilidade económico-financeira e o reforço da solidez estrutural da Sociedade. A gestão financeira da época 2024/2025 prosseguiu os objetivos de equilíbrio orçamental, rigor na despesa e valorização dos ativos, garantindo a continuidade de uma trajetória estável e responsável iniciada em 2019/2020.

Após um ciclo de investimento controlado, a SAD encontra-se atualmente numa posição de estabilidade financeira e operacional, sustentando o desenvolvimento do projeto desportivo e institucional. O exercício de 2024/2025 caracterizou-se por uma gestão prudente e orientada para resultados sustentáveis, assegurando o cumprimento integral das obrigações financeiras e o equilíbrio entre receitas e custos operacionais.

Principais Destaques

Os principais indicadores económicos e financeiros da SCUT SAD, no final do exercício findo em 30 de junho de 2025, apresentam a seguinte evolução face ao período homólogo:

Evolução dos Principais Indicadores



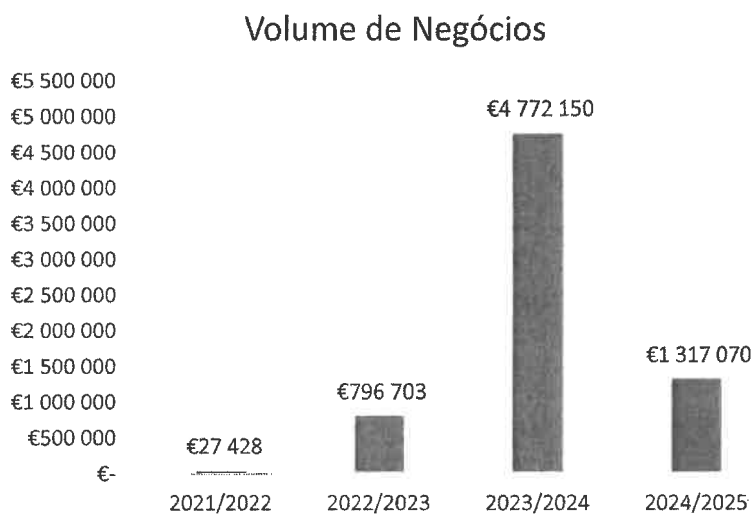


5.1 Volume de Negócios

No exercício findo em 30 de junho de 2025, o Volume de Negócios da SCUT SAD ascendeu a 1,3 € milhões, face aos 4,7 € milhões registados no exercício anterior. Esta variação resulta, em grande medida, da normalização de receitas extraordinárias obtidas em 2023/2024 e de ajustamentos conjunturais nas fontes de rendimento.

Apesar da redução face ao exercício anterior, a estrutura de receitas manteve-se sólida e equilibrada, suportada pela estabilidade das receitas operacionais e pela diversificação de patrocínios e parcerias institucionais.

A Administração optou por reforçar a competitividade desportiva, assegurando a continuidade de ativos, medida que se traduz num investimento estratégico para consolidar o projeto no médio prazo.



Fontes: Relatórios e Contas da SCUT SAD de 2021 a 2024. Valores expressos em euros. Elaboração própria a partir de dados oficiais.

5.2 Resultado Líquido

O Resultado Líquido do Período apresentou uma evolução muito positiva, passando de 13 961 € em junho de 2024 para 240 875 € em junho de 2025.



Este crescimento resulta essencialmente do aumento da eficiência operacional, da otimização dos custos de estrutura e de uma gestão financeira controlada, que permitiu maximizar o efeito das receitas geradas. A melhoria do desempenho financeiro é igualmente reflexo da maior estabilidade competitiva da equipa, da contenção de encargos não recorrentes e da racionalização de processos administrativos e logísticos.



Fonte: Relatórios e Contas da SCUT SAD de 2021 a 2024. Valores em euros. Elaboração própria a partir de dados oficiais.

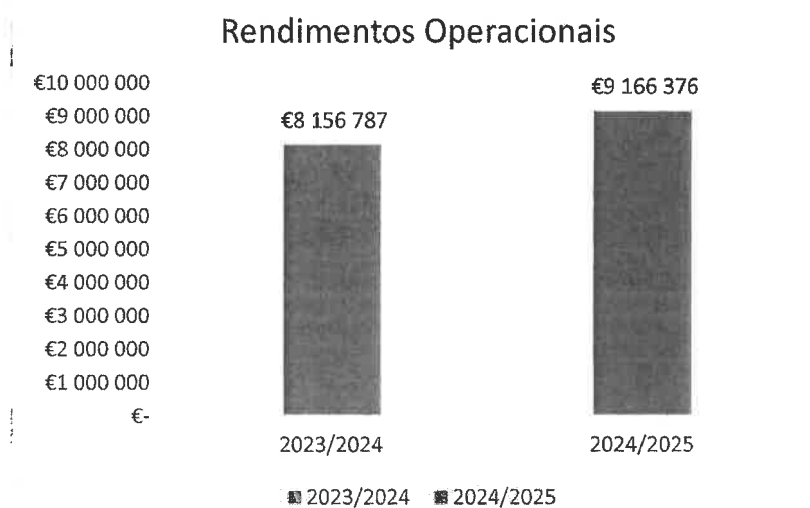
5.3 Rendimentos Operacionais

A análise detalhada das rúbricas que compõem os Rendimentos Operacionais evidencia uma evolução equilibrada e a consolidação do modelo económico. Embora se observe uma redução nas Vendas e Serviços Prestados (-72,4%), consequência de um contexto competitivo mais ajustado e da reavaliação de algumas parcerias comerciais, esta variação foi amplamente compensada pelo reforço dos Aumentos de Justo Valor (+98,2%) e, sobretudo, pelo expressivo crescimento dos Outros Rendimentos (+337,1%), resultante de uma melhor valorização de ativos e da diversificação das fontes de receita.

O comportamento global destas rubricas conduziu a um aumento total de 12,4% nos rendimentos operacionais, demonstrando a capacidade da Sociedade em manter uma trajetória sustentável.



Rendimentos Operacionais	2023/2024	2024/2025	Δ %
Vendas e Serviços Prestados	4 772 150	1 317 070	-72,4%
Aumentos/Reduções de Justo Valor	2 907 000	5 762 500	98,2%
Outros Rendimentos	477 636	2 086 806	337,1%
Rendimentos Operacionais	8 156 787	9 166 376	12,4%



Fonte: Relatórios e Contas da SCUT SAD de 2023 e 2024. Valores em euros. Elaboração própria a partir de dados oficiais.

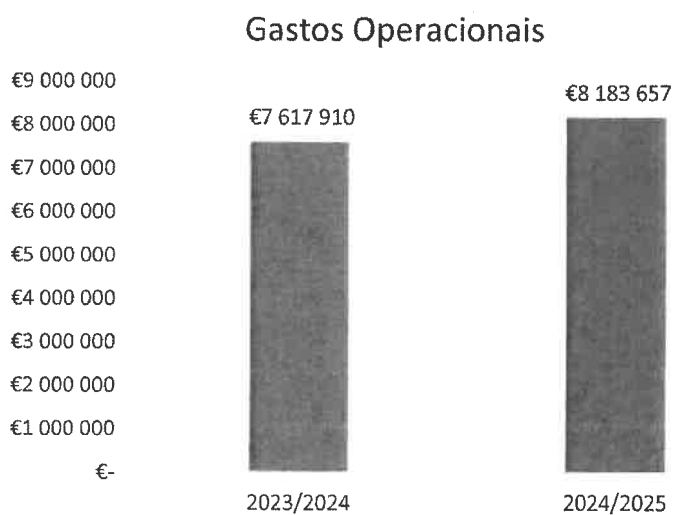
5.4 Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais registaram um ligeiro acréscimo global de 7,4% face ao exercício anterior, mantendo-se, contudo, dentro de parâmetros considerados financeiramente equilibrados e sustentáveis. O crescimento dos Fornecimentos e Serviços Externos (+30,6%) está associado à intensificação das operações desportivas e logísticas, ao aumento dos custos de transporte e manutenção de infraestruturas, bem como à atualização de contratos de prestação de serviços essenciais ao desempenho competitivo.

Por outro lado, a redução dos Gastos com Pessoal (-7,5%) reflete o ajuste natural da massa salarial e a otimização da estrutura de recursos humanos, sem comprometer a competitividade do plantel nem os objetivos desportivos traçados.



Gastos Operacionais	2023/2024	2024/2025	Δ %
Fornecimentos e Serviços Externos	2 793 884	3 648 621	30,6%
Gastos com Pessoal	4 794 668	4 432 874	-7,5%
Gastos com Provisões	2 820	-	-100%
Outros Gastos e Perdas	23 042	87 093	278%
Gastos/Rever. de depre. e de amortização	3 496	15 069	331,1%
Gastos Operacionais	7 617 910	8 183 657	7,4%

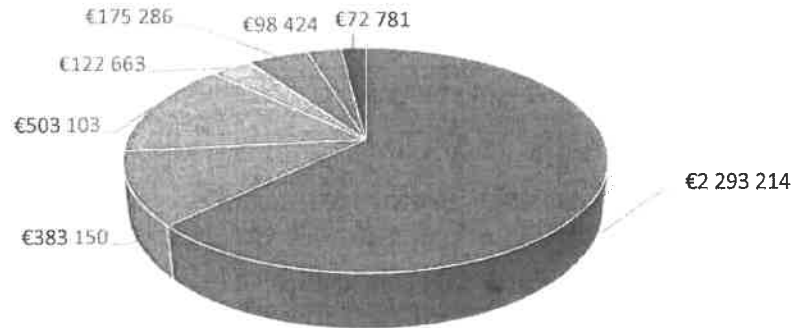


Fonte: Relatórios e Contas da SCUT SAD de 2023 e 2024. Valores em euros. Elaboração própria a partir de dados oficiais.

Os **Fornecimentos e Serviços Externos** totalizam 3,65 milhões de euros a 30 de junho de 2025, e são decompostos como a seguir se apresenta. De destacar que as rubricas que têm um maior peso nesta fração dos Gastos Operacionais são os Trabalhos Especializados, Deslocações estadas e transportes de pessoal, e Rendas e Alugueres.



Fornecimento e Serviços Externos



- Trabalhos Especializados
- Rendas e Alugueres
- Conservação, reparação e materiais
- Outros Serviços Diversos
- Deslocações, estadas e transp. de pessoal
- Publicidade e Propaganda
- Vigilância e Segurança

Fonte: Relatórios e Contas da SCUT SAD de 2023 e 2024. Valores em euros. Elaboração própria a partir de dados oficiais.

No que diz respeito aos **Gastos com Pessoal**, o quadro seguinte apresenta a evolução dos mesmos bem como o respetivo número de efetivos.

	Período	
	2023/2024	2024/2025
Gastos com Pessoal	4 794 668	4 432 874
Nº médio de Pessoas	128	159
Gasto médio por Pessoa	37 458	27 880

Fonte: Relatórios e Contas da SCUT SAD de 2023 e 2024. Valores em euros. Elaboração própria a partir de dados oficiais.

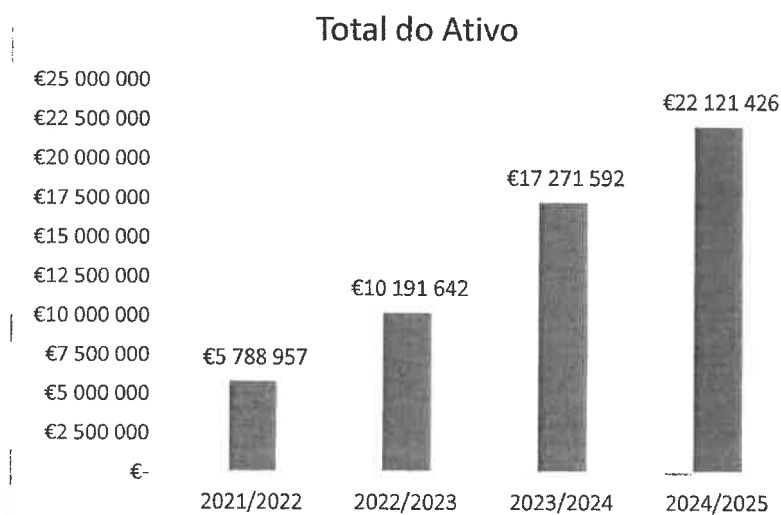


5.5 Ativo

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço.

O total do Ativo atingiu 22,1 milhões de euros, registando um aumento de 4,85 milhões de euros (+28%) comparativamente aos valores registados no final do período homólogo.

As principais rubricas do ativo são o imobilizado (tangível e intangível) que totaliza aproximadamente 18,5 milhões de euros, o estado e outros entres públicos com 665 milhares de euros, as dívidas de clientes com 1,16 milhões de euros, e os outros créditos a receber que registaram a 30 de junho de 2025, 3,6 milhões de euros.



Fonte: Relatórios e Contas da SCUT SAD de 2021 a 2024. Valores em euros. Elaboração própria a partir de dados oficiais.

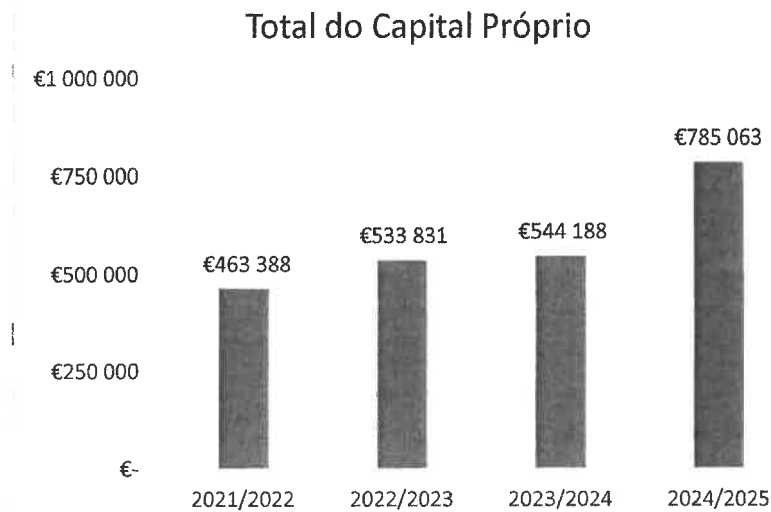
5.6 Capital Próprio e Passivo

O Capital Próprio, à data de 30 de junho de 2025, ascende a 785 063 €, representando um aumento de cerca de 44 % face aos 544 188 € registados no exercício anterior.

Este crescimento traduz o impacto positivo do resultado líquido do exercício e confirma a tendência sustentada de recuperação financeira que a Sociedade vem demonstrando nos últimos anos.



Pelo quarto exercício consecutivo, a SCUT SAD apresenta capitais próprios positivos, consolidando definitivamente a sua saída da situação de falência técnica e reforçando a sua estrutura patrimonial.



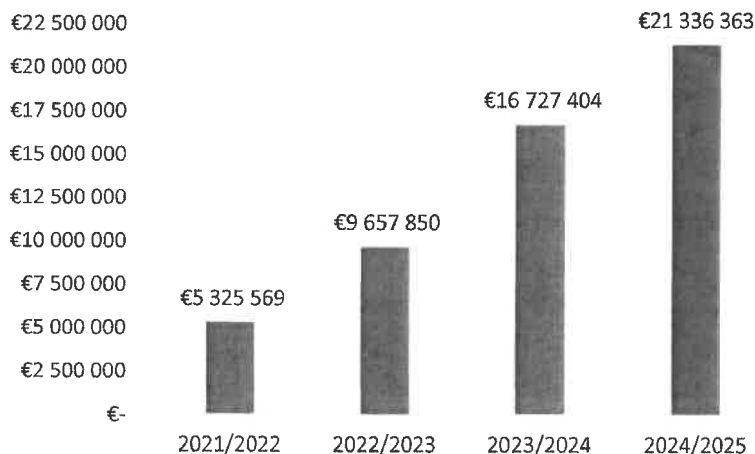
Fonte: Relatórios e Contas da SCUT SAD de 2021 a 2024. Valores em euros. Elaboração própria a partir de dados oficiais.

O Passivo Total, ascendeu a 21,34 € milhões, registando um acréscimo de cerca de 28 % face aos 16,73 € milhões verificados no exercício anterior. Este aumento reflete o reforço do investimento na estrutura desportiva e operacional, nomeadamente em ativos de longo prazo e compromissos associados à valorização do plantel, bem como à modernização de infraestruturas e à execução de projetos estratégicos de médio prazo.

Importa sublinhar que este crescimento do passivo foi acompanhado por um reforço proporcional do ativo e dos capitais próprios, garantindo a manutenção de equilíbrio financeiro e solvabilidade da Sociedade.



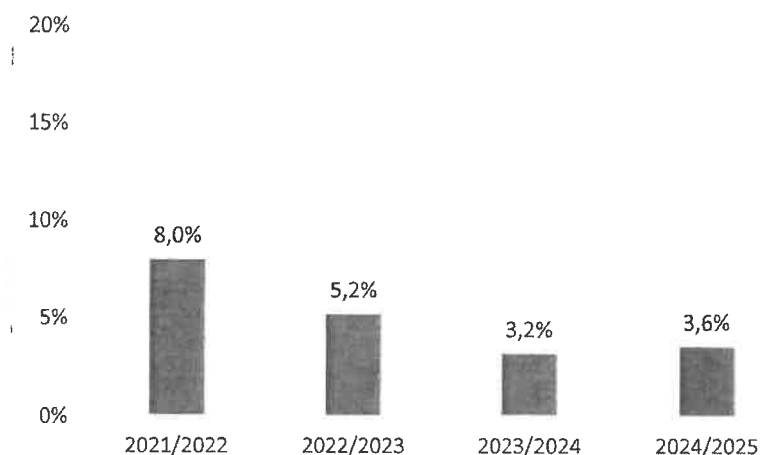
Total do Passivo



Fonte: Relatórios e Contas da SCUT SAD de 2021 a 2024. Valores em euros. Elaboração própria a partir de dados oficiais.

5.7 Autonomia Financeira

Autonomia Financeira



Fonte: Relatórios e Contas da SCUT SAD de 2021 a 2024. Valores em euros. Elaboração própria a partir de dados oficiais.

O rácio de autonomia financeira da SCUT SAD, indicador que expressa a proporção do ativo financiado por capitais próprios, fixou-se em 3,55 % a 30 de junho de 2025, superior aos 3,15 % registados no exercício anterior. Este acréscimo reflete uma melhoria da estrutura patrimonial da Sociedade,



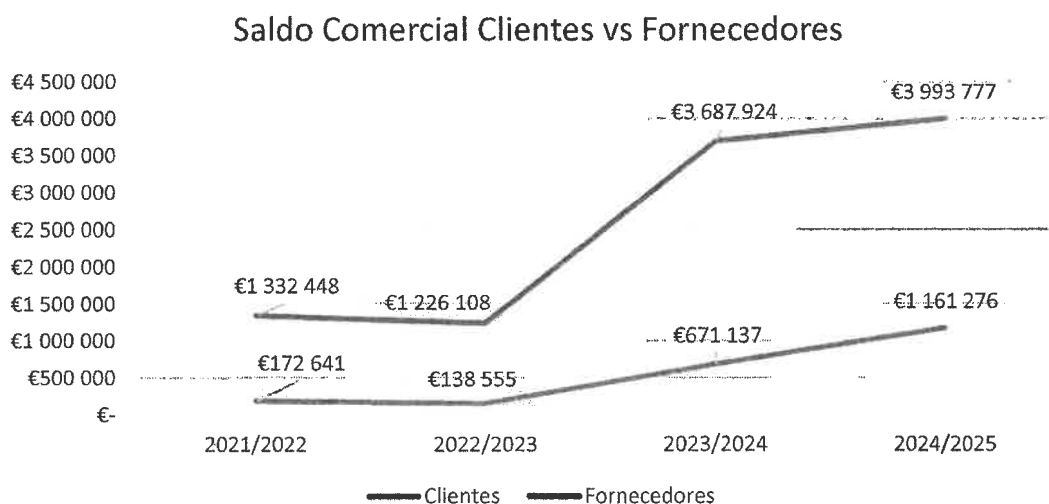
resultante do aumento do capital próprio, que passou de € 544 188 em 2023/2024 para € 785 063 em 2024/2025.

A evolução positiva deste rácio demonstra a continuação do esforço de reforço dos fundos próprios, suportado por resultados líquidos positivos e por uma gestão prudente do endividamento.

5.8 Saldo comercial Clientes vs Fornecedores

A rubrica **Fornecedores**, à data de 30 de junho de 2025, ascendia a 3 993 777 €, refletindo um acréscimo de cerca de 305 mil € (+8,3%) face ao exercício anterior (3 687 924 € em junho de 2024). Este aumento decorre essencialmente da maior atividade operacional e logística associada à participação nas competições profissionais e à execução de contratos de prestação de serviços especializados, refletindo o dinamismo do exercício e o reforço do investimento em meios técnicos e desportivos.

Em contrapartida, a rubrica **Clientes** apresentou, no mesmo período, um saldo de 1 161 276 €, representando um aumento de cerca de 490 mil € (+73%) face ao valor registado no exercício anterior (671 137 € em junho de 2024).



Fonte: Relatórios e Contas da SCUT SAD de 2021 a 2024. Valores em euros. Elaboração própria a partir de dados oficiais.



6. Aplicação de Resultados

A Sport Clube União Torreense Futebol, SAD no período económico findo em 30 de junho de 2025 realizou um resultado líquido positivo, de 240 875 €, apurado em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A Administração propõe, nos termos legais, que o resultado líquido do exercício de 2024/2025 de 240 875 €, seja aplicado da seguinte forma: i) transferência do montante de 12 044 € (correspondente a 5% dos lucros apurados neste exercício) para reforço da reserva legal; e ii) transferência do montante de 228 831 € para resultados transitados.

Aplicação dos Resultados	
Ano	2025
Reservas Legais	12 044 €
Resultados Transitados	228 831 €

7. Perspetivas Futuras

A Administração da SAD continuará ainda focada em manter a prudência financeira que privilegie a robustez das suas demonstrações financeiras e maximize a rentabilidade dos ativos da Sociedade.

No âmbito desportivo, está prevista para a época 2025/2026, superar os objetivos definidos para a época 2024/2025, mantendo o ritmo de crescimento e desenvolvimento dos últimos anos.

8. Outras Informações

A Sport Clube União Torreense Futebol, SAD não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás, a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.



Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2024/2025.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

9. Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos nossos atletas, Staff, colaboradores, clientes, fornecedores, sócios e adeptos, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa atividade.

Apresentam-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, e Demonstração de Alterações dos Capitais Próprios e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Torres Vedras, 30 de outubro de 2025



0 - Identificação da entidade

0.1 - Dados de identificação

A Sport Clube União Torreense, SAD, página de internet www.torreense.com e correio eletrónico geral@torreense.com foi constituída em 05 de Agosto de 2008, ficando registada na Conservatória do Registo Comercial de Torres Vedras sob o número comum de matrícula e identificação fiscal: 508 769 213.

Sede:

A sede da Sport Clube União Torreense, SAD é Rua Cândido dos Reis, Parque Jogos Manuel Marques, s/n.

Natureza da atividade:

A principal atividade da Sport Clube União Torreense, SAD é participação nas competições de futebol, a promoção e a organização de espetáculos desportivos e o fomento ou desenvolvimento de atividades relacionadas com a prática desportiva da modalidade de futebol, assim como a gestão de infraestruturas e equipamentos desportivos (CAE Rev. 93192).

As demonstrações financeiras aqui apresentadas, irão ser submetidas a aprovação pelo Conselho de Administração em Assembleia Geral no dia 30 de outubro de 2025. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sport Clube União Torreense, SAD, bem como a sua posição e performance financeira.

1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

1.1 - Referencial contabilístico utilizado

a) Base de Preparação

Em 30 de junho de 2025 as demonstrações financeiras da Sport Clube União Torreense Futebol, SAD foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para o Sector Não Lucrativo (NCRF - SNL), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS - anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

b) Pressuposto da Continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

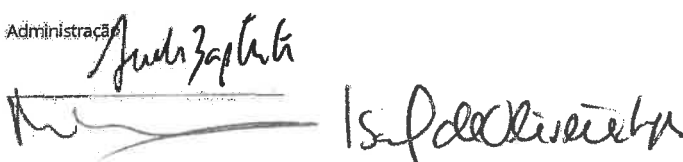
c) Regime do acréscimo

A Sport Clube União Torreense Futebol, SAD, regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. Os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras Contas a receber e a pagar" e "diferimentos".

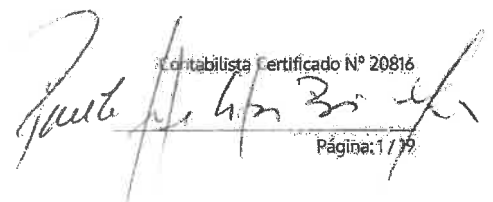
d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os "Ativos e Passivos por impostos diferidos" e as "Provisões" são classificados como ativos e passivos não correntes.

Administração



Contabilista Certificado Nº 20816





e) Ativos e Passivos contingentes

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não sejam objeto de divulgação. Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras.

h) Juízos de valor

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados ativos é determinado com base nos preços de mercado de cotação à data de balanço. O valor nominal dos ativos a receber de clientes e terceiros em geral, ajustado pelas respetivas perdas por imparidade, bem como o valor nominal dos passivos e terceiros em geral é assumido como estando próximo do seu justo valor.

i) Principais pressupostos relativos ao futuro

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

No decurso dos registos contabilísticos necessários à determinação do valor do património e do rédito, a SCUT SAD faz o uso de estimativas e pressupostos relativos a eventos cujos efeitos só serão plenamente conhecidos em exercícios futuros.

Na sua maioria tem-se verificado que os valores registados foram confirmados no futuro. Todas as variações que, eventualmente, surjam serão registadas nos exercícios em que se determinem os seus efeitos definitivos. O valor dos investimentos financeiros sujeitos a testes de imparidade efetuados no final do exercício, está condicionado pela efetivação dos pressupostos usados nesses mesmos testes.

j) Gestão do risco

A actividade da SCUT SAD está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco da taxa de juro), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

A gestão do risco é conduzida pelo departamento financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração.

Risco de mercado / Risco da Taxa de Juro:

Os empréstimos bancários contratados vencem juros a taxas variáveis. Estes empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem a SCUT SAD ao risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro.

Risco de crédito:

O risco de crédito resulta, no essencial, dos saldos a receber de clientes. O risco de crédito é avaliado pela Direção Financeira da SCUT SAD, tendo em conta o histórico de relação comercial, a sua situação financeira, bem como outras informações que possam ser

Administração

Contabilista Certificado Nº 20816



obtidas através da rede de negócios da Sport Club União Torreense Futebol, SAD. Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário. O risco de crédito é reduzido.

Risco de liquidez:

A cobertura do risco de liquidez, definida como a capacidade para responder a responsabilidades assumidas, é feita, no essencial, pela existência ao nível central, de um conjunto de linhas de crédito imediatamente disponíveis. Estas facilidades asseguram à SCUT SAD uma capacidade de liquidar posições num prazo bastante curto, permitindo a necessária flexibilidade na condução dos seus negócios.

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, a viabilidade liquidar posições de mercado. Relacionada com a dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da SCUT SAD pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

Risco de capital:

O objectivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações. Para a prossecução deste objectivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo.

No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral as medidas consideradas necessárias. A Sport Clube União Torreense Futebol, SAD, procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão.

1.2 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os elementos contantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua generalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

2 - Principais políticas contabilísticas

2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados salvo indicação em contrário.

a) Participações Financeiras

Associadas, Subsidiárias e Empreendimentos Conjuntos:

Os investimentos em subsidiárias e associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial.

São consideradas como empresas subsidiárias todas as empresas onde a SCUT SAD, tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. São consideradas como associadas as empresas sobre as quais a SCUT SAD tem uma influência significativa mas não o controlo da gestão. Em termos jurídicos esta influência acontece normalmente nas empresas cuja participação se situa entre os 20% e os 50% dos direitos de voto. A parte da empresa nos ganhos ou perdas pós-aquisição das empresas associadas é reconhecida na Demonstração de Resultados e a parte dos movimentos em Capital pós-aquisição são reconhecidos em Capital. Os movimentos acumulados pós-aquisição são ajustados contra o valor escriturado do Investimento na associada ou participada. Quando a parte da empresa nas perdas da associada ou participada iguala ou excede o seu interesse a médio e longo prazo, a empresa não reconhece perdas adicionais a não ser que tenha incorrido em obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da associada ou da subsidiária.

As políticas contabilísticas aplicadas pelas subsidiárias e associadas são alteradas sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente pela SCUT SAD e pelas suas subsidiárias e associadas.

b) Moeda funcional e de apresentação

Administração

Contabilista Certificado Nº 20816

Página: 3 / 19



As demonstrações financeiras da SCUT SAD são apresentadas em euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes (calculados por duodécimos) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação. São integrados na rubrica de ativos fixos tangíveis e mensurados ao custo de aquisição. Por não se encontrarem em estado de uso, os bens constantes desta rubrica não são alvo de depreciação.

Os gastos ou perdas resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração de resultados nas rubricas "Outros Rendimentos" ou "Outros Gastos" consoante se trate de mais ou menos valias.

d) Ativos intangíveis

Valor do plantel:

O valor do plantel incluído na rubrica "Ativos Intangíveis" encontra-se registado ao custo de aquisição deduzido de amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a SCUT SAD, sejam controláveis pela mesma e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Caso não exista um valor de aquisição apurado, o valor do ativo intangível é mensurado pelo modelo de revalorização, o ativo é registado ao justo valor na data da reavaliação. Os respetivos ativos são sujeitos a testes de imparidade de acordo com a NCRF 12- Imparidade de ativos

Outros ativos intangíveis:

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a SCUT SAD, sejam controláveis pela mesma e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a SCUT SAD demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para os quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registados como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração de resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a SCUT SAD. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis. As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

e) Imparidade de ativos

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior à quantia escriturada dos ativos, a SCUT SAD avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo, deduzido dos custos da venda, e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Administração

Contabilista Certificado Nº 20816



Os Ativos Não Financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de demonstração de resultados,

A SCUT SAD classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros; i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A SCUT SAD classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor, os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura dos fluxos de caixa.

A SCUT SAD avalia, a cada data de relato financeiro, a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Sociedade reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Empréstimos concedidos e contas a receber: os empréstimos concedidos e outros créditos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Estes ativos são originados quando a empresa fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor, sem intenção de negociar o prazo de recebimento. São incluídos nos ativos correntes, exceto quando tiverem maturidades superiores a 12 meses após a data do balanço, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes.

g) Imposto sobre o rendimento

A SCUT SAD encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21,50% sobre a matéria coletável sujeita ao regime geral. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da SCUT SAD dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

h) Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas "Perdas imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Administração

Contabilista Certificado, N.º 20816

Página: 5 / 19



Está rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

j) Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data de reconhecimento inicial de acordo com a NCRF27 - Instrumentos Financeiros.

Os passivos financeiros podem ser mensurados como:

- Ao custo ou custo amortizado; ou
- Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A SCUT SAD classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros; i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um índice de mercado; iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros pagos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem empréstimos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

l) Capital Social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio, quando realizadas.

m) Provisões

A SCUT SAD analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

n) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

o) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração de resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a SCUT SAD tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

p) Locações

Administração

Contabilista/Certificado N.º 20816

Página: 6 / 19



Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato. Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido na política c) acima e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração de resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados numa base linear durante o período de contrato de locação.

q) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da actividade normal da Sociedade. O rédito é reconhecido líquido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A SCUT SAD reconhece o rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a mesma obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrarem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas.

A SCUT SAD baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

r) Principais estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da SCUT SAD utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a incorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3 - Ativos fixos tangíveis

3.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

Administração

Contabilista Certificado, N.º 20816
Página: 7 / 19



O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas Outros gastos e perdas ou Outros rendimentos e ganhos.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

O movimento ocorrido nos ativos tangíveis e respetivas depreciações, entre 30 de Junho de 2025 e 2024 foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamento s biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	0	0	11.187,22	45.000,00	1.204,00	0	5.312,93	0	0	62.704,15
Depreciações acumuladas	0	0	3.373,80	1.606,50	869,46	0	1.396,25	0	0	7.246,01
Saldo no início do período	0	0	7.813,42	43.393,50	334,54	0,00	3.916,68	0,00	0,00	55.458,14
Variações do período	0	27452,29	3675,23	-5426	-834,54	0	17605,51	0	0	42472,49
Total de aumentos	0	27902	6082,44	1000	0	0	20998,07	0	0	55.982,51
Aquisições em primeira mão	0	27902	6082,44	1.000,00	0	0	20.998,07	0	0	55.982,51
Outros aumentos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Total diminuições	0	449,71	2407,21	6426	834,54	0	3392,56	0	0	13.510,02
Depreciações do período	0	449,71	2.407,21	6.426,00	834,54	0	3392,56	0	0	13.510,02
Saldo no fim do período	0	27452,29	11.488,65	37.967,50	-500,00	0,00	21.522,19	0,00	0,00	97.930,63
Valor bruto no fim do período	0	27902	17.269,66	46.000,00	1.204,00	0,00	26.311,00	0,00	0,00	118.686,66
Depreciações acumuladas no fim do período	0	449,71	5.781,01	8.032,50	1.704,00	0,00	4.788,81	0,00	0,00	20.756,03

4 - Ativos intangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis e respetivas depreciações, entre 30 de Junho de 2025 e 30 de Junho de 2024 foi o seguinte:



Ativos intangíveis - movimentos do período:

Descrição	Goodwill	Projetos desenvolvi- mento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período	0,00	0,00	12.073,60	18.412.500,00	0,00	2.200,00	0,00	18.426.773,60
Amortizações acumuladas totais no fim do período	0,00	0,00	2.408,68	0,00	0,00	0,00	0,00	2.408,68
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido no fim do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início	0,00	0,00	850,00	12.650.000,00	0,00	0,00	0,00	12.650.850,00
Amortizações acumuladas	0,00	0,00	850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850,00
Saldo no início do período	0,00	0,00	0,00	12.650.000,00	0,00	0,00	0,00	12.650.000,00
Varições do período	0,00	0,00	9.664,92	5.762.500,00	0,00	2.200,00	0,00	5.774.364,92
Revalorizações (+)	0,00	0,00	11.223,60	3.122.000,00	0,00	2.200,00	0,00	3.135.423,60
Total de aumentos	0,00	0,00	11.223,60	5.762.500,00	0,00	0,00	0,00	5.773.723,60
Outras diminuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total diminuições	0,00	0,00	1.558,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.558,68
Saldo no final do período	0,00	0,00	9.664,92	18.412.500,00	0,00	2.200,00	0,00	18.424.364,92

5 - Rédito

5.1 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Os valores inscritos na rubrica de rédito entre 30 de Junho de 2025 e 30 de Junho de 2024 é como indicado abaixo.

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	1.317.070,33	4.772.150,29
Outros réditos	5.762.500,00	3.384.713,73
Total	7.079.570,33	8.156.864,02

6 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

6.1 - Saldos à data do balanço e movimentos do período de cada classe de provisão, conforme quadro seguinte:

Administração

Contabilista Certificado N° 20816



Provisões - movimentos do período:

Descrição	Impostos	Garantias clientes	Processos judiciais curso	Ac. Trab. E doenças prof.	Mat. Ambientais	Contratos onerosos	Reestrutur ação	Outras provisões	Total
MOVIMENTOS DAS PROVISÕES									
Saldo no início do período	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Variações no período	0	0	2.820,00	0	0	0	0	0	2.820,00
Aumentos do período	0	0	2.820,00	0	0	0	0	0	2.820,00
Constituição	0	0	2.820,00	0	0	0	0	0	2.820,00
Diminuições do período	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo no fim do período	0	0	2.820,00	0	0	0	0	0	2.820,00
OUTRAS INFORMAÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos contingentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos contingentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0

7 - Impostos e contribuições

7.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Os detalhe da rubrica gasto de impostos sobre o rendimento entre 30 de Junho de 2025 e 2024, é como se segue:

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	301.093,97	41.772,39
Imposto corrente	60.218,79	27.811,74
Imposto diferido	0	0
Imposto sobre o rendimento do período	60.218,79	27.811,74
Tributações autónomas	28.880,39	25.271,63
Taxa efetiva de imposto	20,00%	66,58

7.2 - Outras divulgações

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	5.264,00	63.388,51
Pagamentos por conta	0,00	0	5.264,00	0
Pagamentos normais	0,00	0	5.264,00	0
Imposto estimado	0	60.218,79	0	27.811,74
IRC a receber / pagar	0	57.410,12	0	55.576,77
Retenção de impostos sobre rendimentos	4383	0,00	0	44.137,50
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	660.155,92	0	713.381,78	0
Outros impostos	0	0	0	0
Contribuições para a Segurança Social	0	58.653,20	0	53.001,32
Total	664.538,92	176.282,11	718.645,78	180.527,33

Administração

Contabilista Certificado Nº 20816



8 - Instrumentos financeiros

8.1 - Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

A rubrica de investimentos financeiros é, a 30 de junho de 2025, composta exclusivamente pela contribuição da empresa para o Fundo de Garantia Salarial, 450,96€.

Em 30 de junho de 2025, as rubricas de ativos e passivos financeiros são compostas por:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:	0	0	4.811.597,86	0	0
Clientes	0	0	1.161.276,46	0	0
Outras contas a receber	0	0	3.650.321,40	0	0
Passivos financeiros:	0	0	21.157.260,65	0	0
Fornecedores	0	0	3.993.776,97	0	0
Financiamentos obtidos	0	0	16.450.076,56	0	0
Outras contas a pagar	0	0	713.407,12	0	0
Ganhos e perdas líquidos:	0	0	-681.625,26	0	0
De ativos financeiros	0	0	0	0	0
De passivos financeiros	0	0	-681.625,26	0	0
Rendimentos e gastos de juros:	0	0	0	0	0

9 - Capital Próprio

9.1 - Movimentos associados ao capital próprio

A 30 de junho de 2025 a Sport Clube União Torreense Futebol, SAD, obteve um resultado líquido do período no valor de 240.876,18€ o qual será distribuído do seguinte modo:

5% para Reservas Legais: 12.043,76€

95% para Resultados Transitados: 228.831,43€

Em 30 de junho de 2025, a rubrica Capital Próprio é composta como se segue: Capital subscrito - 1.000.000,00€
Reservas - 11.545,26 €

Resultados transitados - (473.365,32 €)

Administração

Contabilista Certificado N.º 20816

Página: 11 / 19



Outras variações no capital próprio - 6.007,86€

Resultado líquido do período - 240.876,18€

Total do Capital Próprio 785.062,18€

10 - Divulgações exigidas por diplomas legais

10.1 - Informação por atividade económica

Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE I	Total
CAE	93192	
Vendas	0	0
Prestações de serviços	1.317.070,33	3.217.070,33
Fornecimentos e serviços externos	3.648.621,36	3.648.621,36
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0	0
Gastos com o pessoal	4.432.873,92	4.432.873,92
Remunerações	3.449.517,00	3.449.517,00
Outros gastos	983.356,92	983.356,92
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	81.380,63	81.380,63
Propriedades de investimento		

10.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra- comunitário	Total
Prestações de serviços	1.317.070,33	0	0	1.317.070,33
Fornecimentos e serviços externos	8.865.282,07	0	0	8.865.282,07
Rendimentos suplementares	2.013.420,91	0	0	2.013.420,91
Outros rendimentos suplementares	40.240,52	0	0	40.240,52

10.3 - Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Administração

Contabilista Certificado Nº 20816



- Dívidas à Segurança Social em mora

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

- Prémios sobre os resultados com base em ações

A Entidade não distribuiu qualquer prémio sobre os resultados com base em ações, conforme resulta da proposta de aplicação dos resultados do órgão de gestão.

- Ações próprias

A Entidade não detém ações próprias, nem efetuou quaisquer transações com ações próprias durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

11 - Outras informações

11.1 - Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Administração:

Contabilista Certificado N.º 20816
Página: 13 / 19



Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	2.656.249,64	1.620.641,42
Trabalhos especializados	2.293.214,41	1.430.409,49
Publicidade e propaganda	122.662,66	81.592,08
Vigilância e segurança	98.424,06	97.890,24
Honorários	60,00	
Comissões	12.541,82	262,5
Conservação e reparação	129.346,69	10.487,11
Materiais	45.939,59	207.228,20
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	32.105,30	6.765,27
Material de escritório	1.665,22	2.476,17
Artigos para oferta	3.251,05	4.602,09
Outros	8.918,02	193.384,67
Energia e fluidos	27.903,40	49.802,14
Eletricidade	14.461,21	21.941,66
Combustíveis	5.815,59	11.204,34
Água	7.626,60	16.656,14
Deslocações, estadas e transportes	383.150,34	564.457,54
Deslocações e estadas	173.768,77	350.481,56
Transportes de pessoal	209.381,57	213.904,34
Transportes de mercadorias	0	71,64
Serviços diversos	535.378,39	351.754,89
Rendas e aluguéres	503.102,71	327.788,84
Comunicação	3.654,28	5.316,06
Seguros	3.995,70	283,98
Contencioso e notariado	13.505,41	2.565,02
Despesas de representação	356,40	4.941,51
Limpeza, higiene e conforto	8.282,72	5.986,90
Outros serviços	2.481,17	4.872,58
Total	3.648.621,36	2.793.884,19

11.2 - Outros ativos correntes e outros passivos correntes

A 30 de junho de 2025, as rubricas "Outros ativos correntes" e "outros passivos correntes" eram compostos do seguinte modo:

Outros ativos correntes:

- Acréscimos de proveito cuja emissão da fatura ao cliente ocorrerá apenas após o fecho do exercício fiscal (1.750.000€);

Outros passivos correntes:

- Composto por remunerações a liquidar (66.633,53€)

- Acréscimos de custo cuja emissão da fatura por parte do fornecedor ocorrerá apenas no exercício 2025/2026 (413.636,79€);

Administração

Contabilista Certificado Nº 20816



11.3 - Acréscimos e Diferimentos

No período findo em 30 de junho de 2025, os valores registados na rubrica "Diferimentos" referem-se a:

Acréscimos e diferimentos:	
Nome / Descrição	Valor
2811 - Seguros liquidados	343,28
2819 - Outros custos diferidos	301,98

11.4 - Discriminação dos outros Gastos e Perdas

Os outros gastos e perdas, no período findo a 30 de junho de 2025, foram como se segue:

Outros gastos e perdas:	
Nome / Descrição	Valor
681 - Impostos	6.077,30
682 - Descontos	2,87
6881-Corr. Rel. Períodos Anteriores	8.422,03
6882-Donativos	6.781,24
6883 Quotizações	100,00
6888-Multas e penalidades	21.396,62
6888-Desp. N dev. Documentadas	3.420,05
6888-Outros	40.892,72

11.5 - Aumentos / reduções do justo valor

Decorrente de teste de imparidade ao valor do plantel, apurou se um aumento justo valor de 3.655.000,00 €

11.6 - Outras Informações-Honorários totais faturados durante o período por cada Revisor Oficial Contas ou SROC

Nos termos do artigo 66º-A do CSC os honorários do Fiscal Único, no período de 01/07/2024 a 30/06/2025, foram de 1500,00€, valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor,

12 - Partes relacionadas

12.1 - Identificação das partes relacionadas

12.1.1 - Entidades participantes

12.1.1.1 - Participação no capital social da entidade

Administração

Contabilista Certificado N° 20816



Grupo - Tipologia dos detentores de capital:

Descrição	Percentagem
De pessoas coletivas residentes	79,1600%
De pessoas singulares residentes	20,8400%
Total	100,0000%

12.1.1.2 - Entidades que participam diretamente no capital da entidade

NIF 515064530
LEI
Denominação SCUT, SGPS
Sede (País) PT
CAE 6420
Part. direta capital (%) 25,0100%
Part. direta direitos voto (%) 25,0100%
Data de início da participação 31-12-2019
Data de fim da participação

NIF 500276692
LEI
Denominação Sport Clube União Torreense
Sede (País) PT
CAE 9312
Part. direta capital (%) 21,0900%
Part. direta direitos voto (%) 21,0900%
Data de início da participação 31-12-2019
Data de fim da participação

NIF 516999389
LEI
Denominação SintoVerde Lda
Sede (País) PT

Administração

Contabilista Certificado N.º 20816



CAE	8211
Part. direta capital (%)	33,0600%
Part. direta direitos voto (%)	33,0600%
Data de início da participação	01-06-2022
Data de fim da participação	

12.2 - Transações entre partes relacionadas

12.2.1 - Transações e saldos pendentes, conforme quadro seguinte:

Partes relacionadas - saldos e transações intragrupo:

Descrição	Empresa Mãe	Outras partes relac.
SALDOS PENDENTES		
Conta de clientes	0,00	183.340,10
Conta de fornecedores	121,30	2.557.179,24
Conta de pessoal	0,00	0,00
Conta de financiamentos obtidos	16.339.135,15	98.120,95
Conta de outros devedores e credores	-55.909,41	-244.691,07
Conta de diferimentos	0,00	0,00
VALOR DAS TRANSAÇÕES		
Prestações de serviços	0,00	0
Rendimentos financeiros	0,00	0
Aquisições de serviços	0,00	0
Gastos financeiros	0,00	0

13 - Custos de empréstimos obtidos

13.1 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

13.2 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

13.3 - Custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período, de acordo com a respetiva tipologia de ativo:

Contabilista Certificado Nº 20816



Financiamentos obtidos - desagregação:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	16.339.135,15	0	16.339.135,15	681.625,26	681.625,26	0	0	0	0
Participantes de capital	16.437.256,10	0	16.437.256,10	681.625,26	681.625,26	0	0	0	0
Empresa mãe - suprimentos e outros	16.339.135,15	0	16.339.135,15	0	0	0	0	0	0
Outros participantes - suprimentos e outros	98.120,95	0	98.120,95	0	0	0	0	0	0
Empréstimos específicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total dos Empréstimos	16.339.135,15	0	16.339.135,15	681.625,26	681.625,26	0	0	0	0

13.4 - Outras divulgações

14 - Benefícios dos empregados

14.1 - Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas:

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	159	274.404,00	0	0
Pessoas remuneradas	159	274.404,00	0	0
Pessoas não remuneradas	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	159	274.404,00	0	0
Pessoas a tempo completo	159	274.404,00	0	0
(das quais pessoas remuneradas)	0	0	0	0
Pessoas em tempo parcial	0	0	0	0
(das quais pessoas remuneradas)	0	0	0	0
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	128	240.640,00	0	0
Masculino	118	210.160,00	0	0
Feminino	41	64.280,00	0	0

14.2 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

De notar que os equipamentos de treino e jogo não são considerados gastos com pessoal.

Administração

Contabilista Certificado, N.º 20816



Pessoal - benefícios:		
Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	4.432.873,92	4.432.873,92
Remunerações do pessoal	3.449.517,00	3.449.517,00
Indemnizações	83.875,65	83.875,65
Encargos sobre as remunerações	312.752,82	312.752,82
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	231.445,38	231.445,38
Gastos de acção social	1.541,85	1.541,85
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	353.741,22	353.741,22
- Formação	36.379,66	36.379,66
- fardamento	314984,46	314984,46

15 - Fluxos de Caixa

15.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	44,62	0,00	24,00	20,62
Depósitos à ordem	1.288,17	9.517.935,31	9.497.346,91	21.876,57
Total	1.332,79	6.647.674,12	6.661.857,16	21.897,19



Moeda:

EUR

Sport Clube Uniao Torreense SAD

BALANÇO em 30 de Junho de 2025

Rubricas	Notas	2024	2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3	97.930,63	55.458,14
Activos Intangíveis	4	18.424.364,92	12.650.000,00
Outros activos financeiros	8	450,96	450,96
Subtotal		18.522.746,51	12.705.909,10
Activo corrente			
Inventários			0,00
Clientes	8	1.161.276,46	671.136,75
Estado e outros entes públicos	7	664.538,92	713.381,78
Outros créditos a receber	8/11	1.750.321,40	3.178.466,11
Diferimentos	11	645,26	1.365,58
Caixa e depósitos bancários	15	21.897,19	1.332,79
Subtotal		3.598.679,23	4.565.683,01
Total do activo		22.121.425,74	17.271.592,11
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	9	1.000.000,00	1.000.000,00
Reservas legais	9	11.545,26	10.847,23
Resultados transitados	9	-473.365,32	-486.627,94
Outras variações de capital próprio	9	6.007,86	6.007,86
Subtotal		544.187,80	530.227,15
Resultado líquido do exercício	9	240.875,18	13.960,65
Total do capital próprio		785.062,98	544.187,80
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	6	2.820,00	2.820,00
Financiamentos obtidos	13	16.339.135,15	12.188.406,10
Subtotal		16.341.955,15	12.191.226,10
Passivo corrente			
Fornecedores	8	3.993.776,97	3.687.923,65
Estado e outros entes públicos	7	176.282,11	175.269,33
Financiamentos obtidos	13	110.941,41	225.435,64
Outras dívidas a pagar	8/11	713.407,12	447.555,59
Subtotal		4.994.407,61	4.536.178,21
Total do Passivo		21.336.362,76	16.727.404,31
Total do capital próprio e do passivo		22.121.425,74	17.271.592,11

A Administração

O Contabilista Certificado

Isabel do Oliveira

0,00
Paula



Moeda:

EUR

Sport Clube União Torreense SAD

Demonstração de resultados por naturezas em 30 de Junho de 2025

Rendimentos e Gastos	Notas	2024	2023
Vendas e serviços prestados	5	1.317.070,33	4.772.150,29
Fornecimentos e serviços externos	11	-3.648.621,36	-2.793.884,19
Gastos com pessoal	14	-4.432.873,92	-4.794.668,29
Provisões (aumentos/reduções)			-2.820,00
Aumentos / Reduções de justo valor	11	5.762.500,00	2.907.000,00
Outros rendimentos	5	2.086.805,71	477.636,25
Outros gastos	11	-87.092,83	-23.041,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		997.787,93	542.372,35
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3/4	-15.068,70	-3.495,90
Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		982.719,23	538.876,45
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	77,48
Juros e gastos similares suportados	13	-681.625,26	-497.181,54
Resultado antes de impostos		301.093,97	41.772,39
Impostos sobre o rendimento do período	7	-60.218,79	-27.811,74
Resultado líquido do período		240.875,18	13.960,65

A Administração/Gerência

O Contabilista Certificado

Isuf de Oliveira

[Handwritten signature]



Sport Clube União Torreense SAD

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Notas	2024	2023
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	5.325.922,20	4.239.568,35
Pagamentos a fornecedores	-2.562.009,54	-1.156.561,10
Pagamentos ao pessoal	-4.729.366,33	-4.726.955,65
Fluxos gerados pelas operações	-1.965.453,67	-1.643.948,40
Pagamento/recebimento do IS/R	-23.655,00	16.101,16
Outros recebimentos/pagamentos operacionais	-1.400.919,00	-9.044.551,31
Fluxos gerados antes das actividades extraordinárias	-3.390.027,67	-4.672.398,55
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	0,00	0,00
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	0,00	0,00
Fluxos das actividades operacionais (1)	-3.390.027,67	-4.672.398,55
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	0,00	431,65
Ativos tangíveis	0,00	0,00
Outros ativos	0,00	0,00
Subsídios de investimento	0,00	0,00
Juros e proveitos similares	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	431,65
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Ativos tangíveis	55.982,51	-49.000,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
SUBTOTAL	55.982,51	-49.000,00
Fluxos das actividades de investimento (2)	55.982,51	-48.568,35
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos Obtidos	4.036.234,82	5.217.609,50
Subsídios e dotações	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	0,00	0,00
Cobertura de prejuizos	0,00	0,00
SUBTOTAL	4.036.234,82	5.217.609,50
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Amortizações de contratos de locação financeira	0,00	0,00
Juros e gastos similares	-681.625,26	-497.181,54
Dividendos	0,00	0,00
Reduções do capital e prestações suplementares	0,00	0,00
Aquisição de acções próprias	0,00	0,00
SUBTOTAL	-681.625,26	-497.181,54
Fluxos das actividades de financiamento (3)	3.354.609,56	4.720.427,96
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	20.564,40	-538,94
Efeito das diferenças de câmbio:		
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 1.332,79	1.871,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 21.897,19	1.332,79
	20.564,40	-538,94

A Administração

Isabel Oliveira

Contabilista Certificado

Paulo



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Sport Clube União Torreense Futebol, SAD (a Entidade), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2025 (que evidencia um total de 22.121.426 euros e um total de capital próprio de 785.063 euros, incluindo um resultado líquido de 240.875 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Sport Clube União Torreense Futebol, SAD, em 30 de junho de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A rubrica de ativos intangíveis (Nota 4 do anexo às demonstrações financeiras), valorizada a 30 de junho de 2025 por 18.422.165 euros (12.650.000 euros em 30 de junho de 2024), reflete os direitos sobre os jogadores detidos pela Entidade e originou rendimentos por aumentos de justo valor no corrente exercício no montante de 5.762.500 euros (2.907.000 euros no período homólogo), relacionados com a valorização do plantel de futebol profissional, tal como da equipa de futsal, da equipa feminina de futebol e da equipa de futebol de juniores, sendo que a valorização dos jogadores de futebol profissional encontra-se suportada pelos valores de mercado indicados nos portais digitais transfermarket.com e zerozero.pt. Esta valorização está efetuada de acordo com um critério definido e de acordo com as regras de valorização do mercado de transferências e passes de jogadores profissionais. Porém, na nossa opinião, este registo não está de acordo com o estipulado nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, o que, de acordo com as mesmas, deveria estar contabilizado ao custo deduzido das respetivas amortizações e perdas por imparidades. Não nos foi possível determinar o valor dos ativos intangíveis ao custo, à data de auditoria.

1/4



A rubrica de outros créditos a receber apresenta, à data de auditoria, um saldo de 1.763.048 euros (3.176.485 euros em 30 de junho de 2024) representado 8% do total do ativo, encontrando-se as principais políticas contabilísticas, alterações e ajustamentos desta rubrica apresentados nas notas 2, 8 e 11 do anexo às demonstrações financeiras.

Do total do valor desta rubrica no período homólogo, 3.100.000 euros correspondiam a um acréscimo de vendas associado a futuras transações de passes de jogadores. Durante o exercício de 2025, a Entidade procedeu à regularização deste montante através da rubrica de “Vendas e prestações de serviços”, quando, na nossa opinião, esta regularização deveria ter sido efetuada por contrapartida da conta de resultados transitados, em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Adicionalmente, do saldo atual da rubrica, 1.750.000 euros (99%) referem-se a acréscimos de rendimentos relativos a vendas de passes de jogadores e respetivas cláusulas contratuais associadas ao cumprimento de objetivos definidos nessas vendas, cujas transferências apenas se concretizaram após a data de auditoria. Consideramos que estas operações ocorreram posteriormente à data de auditoria pelo que o reconhecimento do referido acréscimo não cumpre o regime do acréscimo previsto nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), nem os princípios de reconhecimento de rédito estabelecidos nas normas aplicáveis.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.


2/4




O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.


3/4



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.


RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos efeitos das matérias referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 3 de novembro de 2025

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181
representada por:


Floriano Manuel Moleiro Tocha - ROC n.º 929
Registado na CMVM com o n.º 20160546

Certificação Legal das Contas – Sport Clube União Torreense Futebol, SAD – Ano 2024



Sport Clube Uniao Torreense SAD

Valores Pagos a agentes e intermediários

Cod	Nome	Valor
2369	Rolo Sports	1 921,84
2492	Pro Eleven	8 988,84
2493	Top Baller	1 722,00
2615	Demcon	7 171,00
2714	PR10	2 767,50
2718	ShireSports	2 931,00
2806	E-08 Sport Management	4 489,50
2814	Beyond The Sports	9 890,84
2884	All Talents Sports	4 093,44
2893	Wolf Care Agency	1 300,00
2896	S4S Sport Agency	390,00
3132	TSCI Football Management	2 029,50
3183	Your First Futebol	5 050,00
3233	Shinning Future	615,00
3283	SAS Sustainable Sport	3 035,00
		<u>56 395,46</u>

SPORT CLUBE UNIÃO TORREENSE

FUTEBOL SAD

NIF: 508 769 213

Rua Cândido dos Reis

Parque Jogos Manuel Marques

2560-312 Torres Vedras

A Administração